



## Saturnino defende administração do BNDES

Na opinião do senador, críticas ao presidente da instituição, Carlos Lessa, resultam de "interesses contrariados" e apresentam "falsas razões". O que o governo Lula está fazendo, afirmou Roberto Saturnino, é recuperar o banco para sua verdadeira finalidade, voltada para o projeto de desenvolvimento do país

Página 8

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.774 - Brasília, terça-feira, 2 de setembro de 2003

## Oposição define emendas à reforma da Previdência

PFL, PSDB e PDT chegaram a um acordo para tentar mudar quatro pontos do texto aprovado na Câmara, anunciou José Agripino. Partidos ainda buscarão outras três modificações, mas sem consenso. No primeiro dia do prazo para propor alterações, foram apresentadas oito emendas, todas de José Jorge

Página 5

### Alvaro: Brasil precisa adotar projeto nacional

Para retomar o crescimento econômico e a geração de empregos, o país deve adotar um caminho próprio, com projeto nacional inteligente. A opinião é do senador Alvaro Dias.

Página 4

### MP do setor farmacêutico em discussão

O Plenário pode votar hoje a medida provisória que disciplina o setor farmacêutico e cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos. A matéria está trancando a pauta.

Página 3



### ÉTICA NA TV

A criação de um código de ética para a programação de TV foi debatida ontem pelo Conselho de Comunicação Social (foto). O deputado Orlando Fantazzini, autor de projeto nesse sentido, explicou sua proposta aos conselheiros.

Página 6





Fotos: Roosevelt Pinheiro

**RECOMENDAÇÃO** Para Suplicy, Luiz Otávio deveria aguardar decisão do STF sobre processo

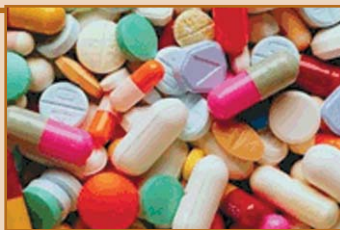
## Suplicy sugere adiar votação para o TCU

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) recomendou ao senador Luiz Otávio (PMDB-PA), indicado para ocupar uma vaga de ministro vitalício do Tribunal de Contas da União (TCU), que peça aos demais senadores o adiamento da votação de sua indicação até que o Supremo Tribunal Federal (STF) e o próprio TCU se manifestem em definitivo sobre seu suposto envolvimento em irregularidades cometidas quando gerente da empresa Rodomar, no início da década de 90.

– Seria interessante que o senador Luiz Otávio e o PMDB, partido que o indicou para a vaga de ministro do TCU, refletissem sobre a possibilidade de adiar a votação em Plenário. Se eu estivesse no lugar do senador, gostaria que meus colegas pedissem a mim próprio o que estou pedindo a ele – afirmou Suplicy.

A indicação de Luiz Otávio para o TCU já foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Suplicy também sugeriu que o Senado solicite ao STF e ao TCU que as investigações envolvendo Luiz Otávio possam ser concluídas.

# Agenda



## Regulamentação do setor farmacêutico

Na sessão de hoje, às 14h30, continua o exame do Projeto de Lei de Conversão nº 23/03, proveniente da Medida Provisória nº 123/2003, que trata da regulamentação do setor farmacêutico e cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos. Só com a votação da matéria os outros itens da pauta poderão ser examinados.

## Sarney e Ziraldo fazem lançamento de cartilha

O presidente do Senado, José Sarney, participa, às 10h, do lançamento da cartilha “Eu Senadoro um passeio – Uma visita do Menino Maluquinho ao Senado Federal”, com a participação do escritor e cartunista Ziraldo, criador do personagem. Às 15h, Sarney recebe a governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Garotinho, e às 15h30 dirige os trabalhos legislativos em Plenário.



## Governadores debatem reforma tributária na CAE

Governadores representantes das cinco regiões do país participam hoje, às 10h, de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para discutir a proposta de reforma tributária. Estarão

presentes os governadores do Rio Grande do Norte, Wilma de Faria; de Goiás, Marconi Perillo; de Minas Gerais, Aécio Neves; do Amazonas, Eduardo Braga; e do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto.



## Comissão discute datas comemorativas

Presidida pelo senador Osmar Dias (PDT-PR), a Comissão de Educação se reúne hoje, às 11h, para examinar o projeto de lei da Câmara (PLC nº 43/03) que institui

2004 como o Ano da Mulher. O PLC nº 131/01, que dispõe sobre o Dia Nacional do Idoso, a ser comemorado em 1º de outubro, está entre os itens da pauta.

## Serviço público de energia elétrica na CI

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), presidida pelo senador José Jorge (PFL-PE), deve examinar, a partir das 14h, o Projeto de Lei do Senado nº 224/03, que estabelece critérios na aplicação de recursos para universalização dos serviços públicos de energia elétrica, entre outros itens. A Comissão Mista de Orçamento (CMO) se reúne às 14h30 para apreciação de avisos do Tribunal de Contas da União sobre auditorias realizadas em órgãos públicos.



## Audiência sobre narcotráfico

A Subcomissão de Segurança Pública realiza audiência pública sobre crime organizado, lavagem de dinheiro e narcotráfico, hoje às 18h. Estarão presentes Maria Thereza Rocha de Assis Moura, professora da Universidade de São Paulo (USP); Luiz Fernando Vidal, juiz do Primeiro Tribunal do Júri; e o procurador de Justiça aposentado Cezar Roberto Bittencourt.

## CPI relata viagem aos EUA

Reúne-se hoje, às 16h30, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) Mista do Banestado para apresentar os primeiros resultados da viagem feita pelos parlamentares às cidades de Nova York e Washington, nos Estados Unidos. O colegiado deve definir também o cronograma de trabalho para este mês. A CPI é presidida pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT).

**A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)**



**ALERTA** Jucá denuncia aumento no número de assassinatos de índios no país

## Jucá cobra urgência no desarmamento

Em comunicação de liderança, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) pediu ontem prioridade para votação, na Câmara dos Deputados, do projeto de lei que limita o acesso às armas de fogo, que ficou conhecido como Estatuto do Desarmamento. O senador chamou a atenção para notícias publicadas pelos jornais esta semana, segundo as quais houve mais assassinatos de índios nos sete primeiros meses de 2003 do que em todo o ano passado. Jucá qualificou como “fato extremamente grave” as 18 mortes de indígenas este ano.

Ao ressaltar que a Fundação Nacional do Índio (Funai) terá novo presidente nos próximos dias, Jucá desejou que o novo dirigente tenha firmeza na ação de proteção aos índios e também na consolidação das demarcações de terras indígenas. Segundo o senador, os conflitos por terras contribuem para o incremento dos assassinatos de lideranças indígenas.

Para sublinhar a importância da votação do projeto pelos deputados, o senador destacou o alerta da Organização das Nações Unidas (ONU) contra as armas de pequeno porte. De acordo com Jucá, dados estatísticos apresentados pela ONU indicam que verdadeiros genocídios, como o que ocorre com os índios brasileiros, são feitos com esse tipo de armamento.

### Registro

O parlamentar assinalou a presença, no Plenário do Senado, de dois representantes da Fundação Ayacara (organização não-governamental do Chile), Miguel e Pablo Sandor. Segundo ele, a fundação fará em Roraima “um trabalho que será modelo para o país”, atuando na preservação do meio ambiente, na recuperação do sistema de água e também no desenvolvimento sustentado.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Cirilo Quartim  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

### Agência Senado

**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Fotos: Roosevelt Pinheiro

**BLOQUEIO** Senadores precisam votar projeto de lei de conversão de medida provisória para liberar pauta

## Plenário pode decidir hoje sobre a MP que regula setor farmacêutico

Os senadores devem votar na tarde de hoje o Projeto de Lei de Conversão nº 23/2003, proveniente da Medida Provisória nº 123/2003, que define normas de regulação para o setor farmacêutico e cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos. Somente após a votação dessa matéria, que está trancando a pauta, os senadores poderão examinar os outros itens da ordem do dia – a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 13/2003, do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que devolve aos estados a competência para legislar sobre criação e desmembramento de municípios, e requere-

mentos sobre tramitação de projetos.

Amanhã, às 11h, será realizada sessão solene destinada a homenagear a memória do jornalista Roberto Marinho, fundador das Organizações Globo, falecido recentemente. Para a sessão deliberativa, que se inicia às 14h30, foram agendadas 18 matérias, entre as quais a Mensagem nº 150/03, que indica o nome de José Zenóbio Teixeira de Vasconcelos para o cargo de diretor-geral da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene).

Também constam da ordem do dia de amanhã a PEC nº 55/1999, de iniciativa do senador

Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), que acrescenta, dentre os princípios que regem a administração pública, o da razoabilidade; e o Requerimento nº 686/03, dos senadores José Sarney (PMDB-AP) e Tião Viana (PT-AC), que solicita a criação de comissão temporária interna destinada a consolidar os projetos de resolução que propõem alterações no Regimento Interno do Senado.

Na sessão deliberativa de quinta-feira, o Plenário recebe o vice-presidente da República, José Alencar, que vai debater com os parlamentares a transposição de águas. Depois, haverá a discussão de projetos.

## Senado lança programa de apoio ao idoso

O presidente da Subcomissão do Idoso, senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), vai lançar nesta quinta-feira, às 14h30, o programa Cidade Amiga da Terceira Idade, que visa premiar os municípios que tenham políticas consideradas exemplares para beneficiar os cidadãos idosos. Participarão da cerimônia de lançamento os atores da Rede Globo Regiane Alves e Daniel Zettel, da novela *Mulheres Apaixonadas*.

A solenidade será realizada na sala 2 da Ala Nilo Coelho e contará com a participação do presidente do Senado, José Sarney; do ministro das Cidades, Olívio Dutra; do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos; e da ministra da Assistência e Promoção Social, Benedita da



**EXEMPLO** Campanha está a cargo da Subcomissão do Idoso, presidida por Sérgio Cabral

Silva. Também estarão presentes representantes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), grupos da terceira idade, representantes da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, deputados estaduais, senadores e prefeitos, entre outras autoridades. A subcomissão é vinculada à Comissão de Assuntos Sociais.

## Subcomissão debate crime organizado

Especialistas em Direito Penal estarão reunidos a partir das 18h de hoje com senadores da Subcomissão Permanente de Segurança Pública (SSP) para debater o crime organizado, a lavagem de dinheiro e o narcotráfico. O exame dos temas é coordenado, no âmbito da subcomissão, pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) e pelo senador Magno Malta (PL-ES), que, ao lado de Demostenes Torres (PMDB-GO), solicitaram a realização da audiência pública.

A professora de Processo Penal Maria Thereza Rocha de Assis Mourada, da Universidade de São Paulo, será a primeira expositora. Em seguida, falará o juiz paulista Luiz Fernando Vidigal. Para encerrar a discussão, foi convidado o professor da Universidade de Sevilha Cezar Roberto Bittencourt.

# Corrupção deve ser punida com pena rigorosa

Projeto em exame na CCJ impede liberdade condicional para quem não devolver dinheiro aos cofres públicos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado examina amanhã, a partir das 9h, relatório do senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) favorável a emenda oferecida pela Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 116/2002, que torna mais rigoroso o cumprimento da pena pela prática de corrupção ativa e passiva.

De iniciativa da Comissão Mista de Segurança Pública, o projeto modifica o Código Penal para impedir que a pessoa condenada por corrupção seja beneficiada pelo chamado regime de progressão da pena – o preso passa do regime fechado para o semi-aberto e, em seguida, pode receber o livramento condicional – se não



**ATUALIZAÇÃO** Juvêncio é a favor da emenda que prevê a correção dos valores lesados

houver devolvido aos cofres públicos os valores que tomou.

O projeto também eleva para até 12 anos a pena de reclusão para os corruptos. A legislação vigente estabelece o limite de oito anos de prisão.

A proposição já foi aprovada pelos senadores e, durante sua tramitação na Câmara dos Deputados, recebeu uma emenda, acatada pelo relator, que prevê ainda a correção dos valores lesados.

## CPI ouve envolvidos em abuso de adolescentes

Na última quinta e sexta-feira, a CPI que investiga a exploração sexual de crianças e adolescentes ouviu 25 pessoas em Porto Ferreira (SP), onde autoridades estão sendo acusadas de abuso de jovens. Outros depoimentos deverão ser colhidos na cidade esta semana, como parte do processo conduzido pela juíza Suely Alonso, da 1ª Vara Criminal. Os vereadores e os empresários envolvidos continuam presos, pois os dois pedidos de *habeas corpus* impetrados pelos advogados foram negados pela Justiça.

Após 15 horas ininterruptas de oitivas, com todos os envolvidos no caso – vítimas, acusados, parentes e amigos de vítimas e membros do Judiciário local – a presidente da CPI, senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), ressaltou “a qualidade e a agilidade” do trabalho do delegado responsável pela montagem do inquérito policial, Maurício Rasi.



**COLABORAÇÃO** Patrícia Saboya disse que população de Porto Ferreira rompeu o silêncio

– A população de Porto Ferreira conseguiu romper o silêncio e nós a apoiaremos até o final – disse a senadora.

Valter Mafra, principal acusado no caso de aliciamento de crianças e adolescentes na cidade de Porto Ferreira, afirmou que existem outros envolvidos, além das 17 pessoas que já foram denunciadas.



Fotos: Roosevelt Pinheiro

**APURAÇÃO** Papaléo acha que Senado deve apurar demissão coletiva ocorrida na Anvisa

## Papaléo elogia aumento nas verbas da saúde

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) elogiou o governo federal pela decisão de incluir no Orçamento da União para 2004 aumento de 26,15% nos recursos para o Ministério da Saúde, em comparação com o Orçamento de 2003. Por outro lado, observou que notícias veiculadas pela imprensa sinalizam que a área da saúde precisa ser melhor administrada.

– Sabemos que os recursos são necessários e indispensáveis. No entanto, as prioridades, o regular funcionamento, o acompanhamento das ações, a fiscalização, as punições e outras medidas devem estar na pauta dos administradores, em particular nesse setor, que muito tem sido criticado pela população e que vem penalizando o cidadão que necessita de um serviço eficiente – afirmou Papaléo.

Na avaliação do senador, se os R\$ 29 bilhões previstos no Orçamento de 2004 para o Ministério da Saúde não forem destinados às prioridades básicas e aplicados com eficiência, a situação da saúde no país não melhorará e até poderá ficar pior. Ele acrescentou que o pedido de demissão coletiva dos membros da Câmara Técnica de Medicamentos (Cateme), justificado por uma suposta censura que esses servidores estariam sofrendo, deve ser esclarecido pelo Senado. A Cateme é um órgão ligado à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), responsável pela aprovação de novos medicamentos.

A sociedade, disse Papaléo Paes, espera que as ações públicas sejam transparentes, e, por esse motivo, os senadores não podem ficar passivos diante de acusações de que os membros da Cateme teriam perdido a liberdade de divulgar suas decisões pela Internet.

# Alvaro defende caminho próprio na globalização

■ Para o senador, já é hora de o Brasil se unir para voltar a crescer, sem esperar por soluções externas

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse ontem que, para retomar o caminho do crescimento econômico e da geração de empregos, o Brasil precisa ter uma visão mais realista da globalização e, mesmo sem bravatas e sem romper contratos, voltar-se para si mesmo, sem ficar esperando que a solução venha de fora.

Para o senador, será possível superar as dificuldades do presente se houver competência para enfrentar os desafios e se os brasileiros se unirem num projeto nacional inteligente e praticado de forma independente, com os olhos voltados para o mercado interno.

Na opinião de Alvaro Dias, o processo de globalização acabou por impor restrições nefas-



**CONTROLE** Alvaro Dias sugere maior rigor na entrada e saída dos capitais especulativos

tas às nações em desenvolvimento, mas países como Índia e China, que se rebelaram contra os ditames do mercado internacional, avançam com determinação e concretizam patamares de crescimento econômico em níveis que o Brasil atingiu ao longo dos primeiros 80 anos do século 20.

Para adotar um caminho próprio de crescimento, o senador salientou que o sistema financeiro não pode continuar ditando os rumos econômicos da

vida nacional e o capital especulativo continuar entrando e saindo livremente do país, para obter lucros no curtíssimo prazo. Na própria América Latina, há países que mantêm estrito controle sobre esses capitais, como é o caso do Chile, em que somente os capitais de longo prazo têm entrada livre, observou.

A manutenção de altas taxas de juros impede a retomada de crescimento, acrescentou Alvaro, afirmando que, se esse problema não for enfrentado, a produção continuará caindo, o desemprego se multiplicando e o comércio em retração.

Em apoio aos seus argumentos, o senador citou palavras do ex-secretário da Fazenda do governo Mário Covas, o economista Yoshiaki Nakano, em favor de um projeto de desenvolvimento exuberante: “Se a China pode crescer à taxa que cresce, nada me diz que o Brasil, se fizer um bom projeto, também não possa crescer no mesmo ritmo”.



**FUGA** Centenas de milhares chegam às metrópoles todos os anos, diz Leomar Quintanilha

## Quintanilha cobra solução para êxodo rural

O combate ao êxodo rural no Brasil requer a adoção de uma política eficaz dos governos federal, estaduais e municipais, com o objetivo de criar melhores condições de vida para o homem do campo, assegurando, dessa forma, redução das pressões sociais sobre as grandes cidades do país.

O alerta foi feito ontem pelo senador Leomar Quintanilha (PFL-TO), para quem essa política deve abranger a oferta de infra-estrutura e de serviços para a população no campo, a qualificação dos produtores rurais e o crédito fácil e barato, além de aceleração da reforma agrária.

Segundo Quintanilha, os números do último censo sobre a migração da população rural brasileira em direção às cidades demonstram que o problema tem atingido proporções preocupantes.

Em 1950, por exemplo, a população rural era de 33 milhões de pessoas, contra uma população urbana de 19 milhões – isto é, dois terços do total da população viviam no campo e pouco mais de um terço habitava as áreas urbanas.

No Censo de 2000, de acordo com o senador pelo Tocantins, constatou-se que dos 169 milhões de brasileiros somente 31 milhões residiam na área rural, o que representa um percentual de apenas 18,8% do total, quando em 1950 a população rural era de 63,84%.

– Imaginem todos os anos mais de 500 mil pessoas saindo do campo e chegando às cidades. São pais e mães de famílias que, em sua grande maioria, não possuem qualquer qualificação para o mercado de trabalho urbano. Engrossarão o já expressivo contingente de desempregados à espera de uma oportunidade de ocupação – afirmou.

## Simon propõe fundo para desenvolver 98 municípios da fronteira gaúcha

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) comunicou ontem que apresentou projeto criando a Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul, constituída por 98 municípios. Simon também apresentou proposta de emenda à Constituição (PEC) criando um fundo constitucional de financiamento, que contará com recursos provenientes da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados, garantindo a essa mesorregião os meios para o desenvolvimento econômico e social assegurados pela Constituição às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Pela PEC, os recursos para o desenvolvimento econômico e social das zonas de fronteira, a partir da concessão de financiamentos a empreendedores daquela região, serão repassados a instituições financeiras como o Banco do Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

Simon justificou ainda seu



**EQUÍVOCO** Simon afirma que o pampa gaúcho passa ao país “uma falsa imagem de riqueza”

projeto dizendo que a Mesorregião Metade Sul é importante para o desenvolvimento do Mercosul, uma vez que ela faz fronteira com o Uruguai e com a Argentina. O parlamentar relatou que, apesar de os brasileiros associarem o pampa gaúcho a uma noção de riqueza, abundância e fartura, “essa é uma falsa imagem”. Na metade sul do estado, de acordo com ele, está concentrada a maioria dos municípios mais pobres do Rio Grande do Sul, com índices similares aos existentes nas zonas mais áridas do

Nordeste.

### Indicadores

Citando matéria recentemente publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, sobre os indicadores sociais da metade sul gaúcha, Simon informou que no município mais pobre daquela região, Santana da Boa Vista, a renda familiar *per capita* média era de 0,47 salário mínimo, em 1990, conforme dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Já a renda familiar *per capita* média dos municípios do Nordeste brasileiro era de 0,64 salário mínimo.

O senador pelo Rio Grande do Sul destacou que, desde os anos 30, várias leis federais restringiram o estabelecimento de empreendimentos naquela área, conhecida como Faixa de Fronteira, submetendo qualquer iniciativa à autorização do poder central.

Segundo Simon, nunca foi dito claramente, mas a verdade é que essas leis tiveram origem no temor da eclosão de uma guerra com a Argentina.



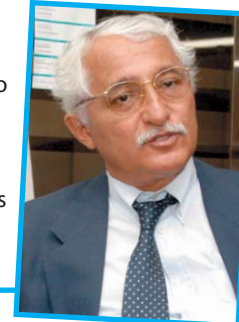
Roosevelt Pinheiro

## Augusto congratula associação de Roraima por prêmio internacional

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) congratulou a Associação de Luta pela Vida, que atua em Roraima no apoio aos portadores do vírus da Aids, pelo recebimento do Prêmio Gates de Saúde Global de 2003. No mesmo discurso, ele felicitou o Ministério da Saúde pelo trabalho realizado na área de prevenção da doença e assistência às vítimas. A Fundação Bill & Melinda Gates, sediada em Seattle (EUA),

selecionou para receber, em 2003, o prêmio de US\$ 1 milhão o Programa Brasileiro de Aids, considerado um modelo de combate à doença em países em desenvolvimento.

– Não só os membros da Associação de Luta pela Vida merecem nossos cumprimentos, mas todas aquelas entidades brasileiras que têm labutado contra a proliferação da Aids, e que também receberam a comenda – concluiu.



José Cruz

**ERROS** Para Suassuna, processo está sendo feito às pressas e pode prejudicar os acionistas

## Suassuna critica fusão da TAM com a Varig

Em discurso ontem, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) criticou a forma como está se dando a fusão das empresas aéreas Varig e TAM. Segundo ele, a nova empresa a ser criada terá 70% do mercado brasileiro, prejudicando a concorrência no setor.

Suassuna também criticou a celeridade em que caminha a fusão das duas empresas, afirmando que a negociação prejudica os acionistas da Varig, que receberão apenas 5% do capital da nova empresa. Para o senador, poderia ser feito um encontro de contas que traria um aporte significativo de capital para a Varig.

– Mas será que isso interessa à outra empresa? – questionou, perguntando por que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) do Ministério da Justiça ainda não se pronunciou sobre a questão.

De acordo com o senador, há muitas soluções para a Varig, mas, para isso, é preciso que o governo “pense em fazer justiça a uma companhia que é a bandeira do Brasil lá fora”.

■ Quatro das propostas a serem apresentadas são consenso no PFL, PSDB e PDT, que somam 33 senadores

Líderes dos três partidos de oposição no Senado (PFL, PSDB e PDT) chegaram a um acordo para apresentação de quatro emendas de consenso à reforma da Previdência, anunciou ontem em entrevista o líder do PFL, José Agripino (RN). Outras três emendas dos partidos, mas sem consenso, também serão apresentadas até o fim desta semana.

As quatro emendas de consenso são: aumento de 70 para 75 anos na idade para que funcionários públicos sejam aposentados compulsoriamente; constituição de três tipos de fundos complementares para os funcionários (um para o Legislativo, um para o Executivo e outro para o Judiciário) e autorização para que o funcionário opte por um fundo privado; fim da reestatização do seguro de trabalho; e garantia clara da paridade para os atuais servidores (paridade é a concessão de reajustes idênticos para ati-



Roosevelt Pinheiro

**NA FRENTE** José Jorge foi o primeiro a apresentar emendas ao projeto – oito no total

vos e inativos). Agripino afirmou que, na reforma aprovada pela Câmara, a garantia de paridade “não está clara”.

– Esses quatro pontos têm unanimidade entre os líderes dos três partidos, que contam com 33 senadores do total de 81. Fora isso, os partidos de oposição vão apresentar outras três emendas, mas elas não têm unanimidade – disse Agripino.

As três emendas são as seguintes: fixação de um subteto salarial único nos estados, que seria de 90,25% do salário de

um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF); criação de dois níveis para as pensões que superarem determinado valor; e fim da taxação dos inativos em 11% a título de contribuição previdenciária.

A reforma aprovada pela Câmara prevê três subtetos nos estados (um para cada ente federativo) e um para as prefeituras. No caso das futuras pensões, os deputados aprovaram que os valores que passarem de R\$ 2.400 sofrerão um corte linear de 30% e o excedente não terá paridade integral. A idéia, conforme o líder do PFL, é fazer cortes de 10% e de 20% sobre o excedente.

Além disso, o líder José Agripino vai apresentar emenda individual estabelecendo uma fórmula de transição para os servidores que estão prestes a se aposentar. Pelo texto votado na Câmara, funcionário público que ainda não pode se aposentar de forma integral ou parcial será obrigado a trabalhar mais sete anos e sua aposentadoria não terá paridade integral. Nesse caso, o reajuste incidirá apenas sobre a parte básica do salário e ele só receberá os aumentos gerais dados ao funcionalismo (não terá direito, por exemplo, a aumentos

embutidos nas mudanças de planos de carreira).

– Não é justo o que o governo está pretendendo fazer com esse funcionário prestes a se aposentar, que já programou tudo na vida para a aposentadoria que vem chegando. É preciso uma transição, porque ele está sendo tratado, na reforma, como o colega que chegou agora ao serviço público e ainda vai trabalhar por 30 ou mais anos – justificou o líder pefelista.

Agripino vê um “grande pecado” na reforma da Previdência aprovada pelos deputados. A seu ver, “ela é estática” e parte do princípio de que nada vai mudar na economia.

– Se a economia voltar a crescer, aumentam as receitas previdenciárias e se poderá concluir mais tarde que o governo e o Congresso não precisavam espremer o funcionário público contra a parede – frisou.

As oito primeiras emendas à reforma da Previdência, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), foram apresentadas pelo senador José Jorge (PFL-PE). O prazo para a apresentação de emendas irá até o fim desta semana. As emendas de consenso dos partidos de oposição devem ser protocoladas amanhã.

## Mão Santa pede ao PMDB que ouça voz do povo e vote contra proposta

O Senado não deve ratificar o texto da reforma da Previdência aprovado pela Câmara dos Deputados, defendeu ontem o senador Mão Santa (PMDB-PI), ao criticar a proposta de emenda à Constituição (PEC) que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. Ele citou antigos líderes do PMDB para dizer qual deve ser a postura do partido durante os debates no Senado.

– Ninguém vai comer apressado. Quem lidera o PMDB não é Renan (Calheiros), (José) Sar-

ney, ou Papaléo (Paes), é Ulysses Guimarães, que enfrentou os cães e nos ensinou a lutar pela democracia. É Tancredo Neves, que se imolou para ver a democracia. Ulysses dizia: “Ouça a voz rouca das ruas”. Eu quero saber a voz do camelô, dos sem-emprego – afirmou o senador.

Mão Santa acredita que o texto da Câmara não faz justiça social porque não promove a inclusão dos trabalhadores que estão na informalidade. Ele citou a criação pelo regime mili-

tar do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), para afirmar que é possível beneficiar trabalhadores que não contribuem para o sistema previdenciário. O Funrural garantiu proventos de aposentadoria a trabalhadores na agricultura.

Outro problema da reforma, segundo Mão Santa, é o fato de que, tal como ela saiu da Câmara, causaria mais desemprego. Ao aumentar a idade mínima de aposentadoria, a proposta do governo acaba por dificultar

a abertura de novas vagas de trabalho. Além disso, completou o senador, a reforma é um assalto aos direitos adquiridos dos servidores públicos.

As preocupações de Mão Santa receberam apoio dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Papaléo Paes (PMDB-AP). Simon aproveitou para lamentar declarações críticas do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Maurício Corrêa, ao governo Lula, em entrevista concedida à revista *Veja* desta semana.



Roosevelt Pinheiro

**RAZÕES** Mão Santa entende que o projeto não faz justiça social e prejudica servidores públicos

# Mozarildo alerta para a má qualidade do ensino

■ Constatação de que jovens brasileiros não têm boa capacidade de compreensão é analisada pelo senador

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) alertou para a má qualidade do sistema educacional brasileiro, ao comentar estudo realizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) em 41 países, sobre o aproveitamento escolar dos jovens de 15 anos. A Unesco avaliou até que ponto os jovens estão preparados para enfrentar os desafios apresentados pela atual sociedade do conhecimento.

– O resultado, profundamente constrangedor para o Brasil, equivale a uma reprovação quase absoluta de nosso sistema educacional. Terminamos em penúltimo lugar, à frente apenas do Peru. Os estudantes de 15 anos testados na pesquisa internacional apenas confir-



**VEXAME** Mozarildo disse que é constrangedor para o Brasil ser o penúltimo entre 41 países

mam a velha tendência nacional de empurrar os problemas com a barriga – afirmou.

De acordo com Mozarildo, as próprias avaliações do governo brasileiro já vinham apontando problemas sérios. Levantamento recente feito pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) mostrou que 59% dos estudantes da 4ª série do ensino fundamental ainda não tinham desenvolvido as competências básicas de leitura esperadas nesse nível.

– Estão impedidos de enten-

der, diga-se de passagem, nossas próprias políticas educacionais, uma vez que as contradições são abundantes nelas. Mas nisso eles têm a companhia de quase todos nós – ironizou o senador.

Mozarildo comentou ainda a proposta do ministro da Educação, Cristovam Buarque, de uma coalizão suprapartidária para colocar a educação como prioridade nacional, a exemplo da Irlanda, da Espanha e da Coreia do Sul, que fizeram o mesmo há 30 anos.

Para o senador, os problemas apontados pela Unesco não podem ser atribuídos à falta de recursos – “explicação simplista”, disse Mozarildo – por chocar-se com a realidade dos investimentos em educação da União, dos estados e dos municípios.

– Cabe ao ministro apresentar o que está sendo feito com o dinheiro do contribuinte, antes de podermos avaliar a necessidade de mais recursos. Só a chamada à luta, sem proposta, não adianta – concluiu.

## ▼ Reprovação em matemática, ciências e literatura

Em um universo de 41 países, os estudantes brasileiros na faixa etária dos 15 anos ocupam o penúltimo lugar no desempenho em matemática e ciências e o 37º em leitura. Na média das três áreas de conhecimento, o país fica à frente apenas do Peru, ocupando a 40ª posição. Os dados constam da pesquisa sobre desempenho escolar divulgada em julho deste ano pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Segundo o estudo, cerca de 50% dos estudantes

brasileiros de 15 anos estão abaixo no nível 1 de alfabetização, uma escala criada pela Unesco que classifica os alunos que têm dificuldades em utilizar os instrumentos da leitura para aumentar seus conhecimentos em outros assuntos.

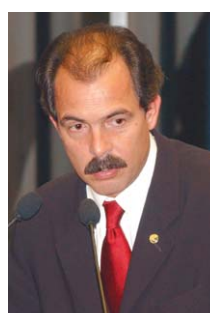
Finlândia, Canadá, Nova Zelândia, Hong Kong, Japão e Coreia do Sul obtiveram as maiores médias na pesquisa. Entre os países da América Latina, o México apresentou os melhores resultados, vindo depois Argentina e Chile.

## CE examina projeto que altera o Programa de Crédito Educativo

A Comissão de Educação (CE) aprecia hoje, a partir das 11h, o Projeto de Lei nº 121/2003, do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que modifica as regras de renegociação das dívidas do extinto Programa de Crédito Educativo (substituído pelo Fies). A primeira delas permite que o desempregado possa amortizar o financiamento mediante prestação de serviços à comunidade na área de sua formação, e a segunda cancela o saldo devedor no caso de invalidez permanente do beneficiado. Se aprovado, o projeto segue para análise da Comissão

de Assuntos Econômicos (CAE).

A CE, presidida pelo senador Osmar Dias (PDT-PR), examinará ainda o Projeto de Lei da Câmara nº 21/2003, segundo o qual os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) também poderão ser aplicados em estabelecimentos privados sem fins lucrativos que aten-



**Mercadante: novas opções para pagar as dívidas**

dam a alunos com necessidades especiais.

Consta da pauta projeto oriundo da Câmara (PLC nº 43/2003) que declara 2004 como o Ano da Mulher. O autor do projeto, deputado Maurício Rabelo (PL-TO), argumenta que é de fundamental importância o país criar o que chama de “consciência cidadã” sobre o papel da mulher na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.



**SEM CENSURA** O deputado Fantazzini (D) assegura que projeto não cerceia liberdade de expressão, mas defende direitos das pessoas

## Conselho discute código de ética na TV brasileira

O Conselho de Comunicação Social debateu ontem a criação de um código de ética para a programação da televisão brasileira. O deputado Orlando Fantazzini (PT-SP), autor do projeto que cria o código, esteve no conselho e explicou que a proposta quer iniciar o debate sobre o tema pela sociedade.

Ele sugere que a programação das emissoras respeite valores como isenção, privacidade das pessoas e respeito aos direitos humanos. A violência, as cenas de sexo e nudez, entre outras coisas, passariam por uma série de restrições, segundo o projeto.

O deputado justificou a iniciativa dizendo que sua proposta não representa censura, já que a liberdade das emissoras é mantida, mas as empre-

sas seriam responsabilizadas administrativamente pelos excessos cometidos.

### Radiodifusão comunitária

Durante a reunião, o Conselho de Comunicação Social também aprovou parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 575/99, que amplia o serviço de radiodifusão comunitária, hoje restrito a rádios, para permitir a transmissão por sons e imagens (televisão). O conselho recomendou que a proposta seja reestudada, pois a conjuntura mudou desde a redação original do projeto, apresentado há quatro anos.

Uma das conclusões do conselho é que a televisão comunitária já poderia ser criada tendo como base a tecnologia digital, cujas definições aguardam decisão do governo.

## Simon elogia jornada literária de Passo Fundo

A 10ª Jornada Nacional de Literatura de Passo Fundo (RS), iniciada em 26 de agosto, foi destacada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) como um dos maiores acontecimentos literários do Brasil e da América Latina. Ele explicou que não se trata de mero evento comercial, como as grandes feiras de livros, mas o encontro do público-leitor com os escritores em debates, seminários e cursos de literatura.

– Em Passo Fundo, reúnem-se milhares de pessoas para cultivar o livro. Centenas de escritores, críticos e jornalistas falam, em seminários e palestras, para milhares de pessoas reunidas nos muitos palcos da jornada – relatou o senador.

De acordo com o parlamentar, a cada ano é maior o número de escritores estrangeiros convidados, o que faz crescer a fama internacional de Passo

Fundo como cidade sede de um evento cultural sem paralelo. Ele destacou a concessão do Prêmio Passo Fundo Zaffari & Bourbon de Literatura, a maior premiação do gênero no Brasil, que dá R\$ 100 mil ao autor da melhor obra literária publicada, que este ano coube ao escritor Plínio Cabral.

Nos quatro dias da jornada, conforme Simon, milhares de pessoas – “público inimaginável em atos literários” – prestigiavam mais de uma centena de autores nacionais e estrangeiros que fazem dezenas de palestras. Ele também destacou a “excelente cobertura” que a TV Senado dá à jornada literária.

Pedro Simon informou ainda que, para realizar a jornada, a população de Passo Fundo se mobiliza maciçamente, conduzida por uma equipe organizadora “movida pela paixão literária”.

## Renan quer estimular mercado de leite e derivados

**A**o fazer uma análise das dificuldades que a pecuária leiteira do Brasil enfrenta, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) ressaltou ontem a importância de a bancada de senadores nordestinos se mobilizar para garantir a aprovação, na reforma tributária, da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias

e Serviços (ICMS) no destino, com uma regra de transição.

Algumas propostas apresentadas por representantes dos pecuaristas leiteiros alagoanos foram endossadas por Renan em Plenário. Ele pediu a inclusão do leite na Política de Garantia de Preços Mínimos do governo, a criação de subsídios seletivos aos consumidores de baixa ren-

da, o oferecimento de linhas de crédito para pequenos produtores, a instituição de um fundo para a promoção do consumo de leite e derivados no mercado interno e o incentivo ao uso da produção interna na merenda escolar.

– O agronegócio do leite ocupa posição de destaque na economia brasileira. A iniciativa privada e o

governo precisam unir esforços para impulsionar as vendas externas, criando um programa de incentivo às exportações – acrescentou.

Nos países industrializados, explicou Renan, os produtores de leite recebem subsídios que totalizam US\$ 40 bilhões, e esse tipo de protecionismo dificulta a conquista de mercados pelos produtores nacionais.



**BANCADA** Renan Calheiros defende mobilização de senadores do Nordeste



**DECEPÇÃO** Garibaldi lamenta que governo pretenda tornar permanente alíquota de 27,5%

## Garibaldi critica manutenção de alíquota do IR

O senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) manifestou desalento diante da decisão do governo Lula de enviar projeto de lei ao Congresso tornando permanente a cobrança da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda da pessoa física para todos os contribuintes que ganham acima de R\$ 2.155. Segundo o senador, é injusto que pessoas físicas com rendimentos tão díspares quanto esse piso ou 100 vezes mais sejam taxadas pela mesma alíquota.

Garibaldi Alves lembrou que o presidente Lula se elegeu prometendo mudar o Brasil. Ele reconheceu não ser o PT responsável pela alta carga tributária que o brasileiro enfrenta, mas afirmou que não esperava que o governo tornasse permanente uma alíquota que, desde 1997, vem sendo tratada como "provisória".

O senador considerou salutar que o governo tenha optado por enviar a mudança no IR na forma de projeto de lei, e não por medida provisória. Segundo Garibaldi Alves, isso permitirá que a proposta seja debatida com mais calma.

– É decepcionante, no entanto, que o governo não tenha conseguido inovar nem mesmo nas alíquotas de cobrança do Imposto de Renda – concluiu o senador.

# Ideli Salvatti afirma que reforma não vai ampliar carga tributária

**■** Senadora rebate acusações do PFL e do PSDB e lembra que governo anterior aumentou tributação

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) rebateu ontem, em dois discursos, afirmações de senadores do PFL e do PSDB de que o projeto de reforma tributária aumentará a carga de impostos. Ela lembrou que o tema dominou as intervenções em Plenário na semana passada.

O presidente Lula, disse a senadora, deixou claro que a reforma não tem como objetivo mudar o pacto federativo, o que poderia ocasionar aumento da carga tributária. Os objetivos são desonerar a produção e a folha de pagamentos, simplifi-



Foto: Roosevelt Pinheiro

**REDUÇÃO** Conforme Ideli Salvatti, alimentação e remédios terão alíquotas menores

car impostos e combater a sonegação, explicou, acrescentando que a proposta do governo prevê redução das alíquotas de alimentação e remédios.

Os que apontam que haverá aumento da carga tributária, acrescentou Ideli, deveriam lembrar que foi de 1997 para cá que houve o maior aumento. “De forma sorrateira”, salientou, o governo anterior conseguiu ampliar a carga tributária de 26% para 36% do PIB.

Em resposta ao líder do PFL, José Agripino (RN), que denunciou aumento de 167% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das empresas prestadoras de serviço e o aumento da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) para instituições financeiras, Ideli Salvatti explicou que, na CSLL, houve um aumento de 12% para 32% apenas para os empresários que calculam o Imposto de Renda com base no lucro presumido. Já sobre a Cofins, a senadora afirmou

que houve desoneração, pois foram incluídos no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (Simples) vários segmentos de pequenos empresários.

Em resposta a discurso do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) afirmando que viu nos últimos anos o bolo da União crescer enquanto diminuía o dos estados e municípios, a senadora lembrou que Jereissati integrou a base do governo que promoveu essa concentração.

Ideli observou que a progressividade de impostos que o PT defende não implica aumento linear, pois os mais ricos passam a pagar mais para que os mais pobres fiquem isentos.

Em apartes, os senadores Roberto Saturnino (PT-RJ) e Pedro Simon (PMDB-RS) manifestaram apoio a Ideli Salvatti.

## Agripino: aumentar tributos num momento de recessão é perversidade

O líder do PFL, José Agripino (RN), antecipou em Plenário os protestos pela passagem hoje do Dia da Força, manifestação nacional promovida por seu partido contra a política tributária do atual governo. Além de criticar o aumento de 167% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as empresas prestadoras de serviço e a elevação de 3% para 4% da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) aplicada às instituições financeiras, Agripino listou dez dispositivos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 41/2003 que devem ampliar a carga tributária.

Ao responsabilizar o governo Lula pelo quadro de recessão e desemprego, Agripino considerou que propor aumento de tributos nessas circunstâncias “é



**DIA DA FORÇA** Agripino antecipa críticas da manifestação nacional promovida por seu partido

uma perversidade”. Para ele, enquanto a majoração da CSLL vai punir profissionais liberais proprietários de pequenas empresas, a elevação da Cofins para os bancos deve implicar taxas de juros mais altas.

O senador disse ainda que o PFL está atento às mudanças

propostas na PEC 41/2003. Algumas iniciativas contestadas são a criação de empréstimo compulsório por meio de lei ordinária; a instituição de contribuição social sobre a importação de produtos e serviços; a cobrança de imposto sobre importação e exportação de serviços; a progressividade na aplicação do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis e do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos.

– Está nas mãos dos líderes partidários a definição do caminho que se deve dar às reformas – declarou.

Em aparte, Almeida Lima (PDT-SE) declarou-se contrário à ampliação da carga de tributos. Mão Santa (PMDB-PI) considerou preocupantes as medidas assinaladas por Agripino.

## CAE debate proposta com governadores

A reforma tributária proposta pelo governo, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados, será debatida hoje, às 10h, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com a presença de cinco governadores, representando cada uma das regiões brasileiras. São eles: Marconi Perillo, de Goiás; Aécio Neves, de Minas Gerais; Eduardo Braga, do Amazonas; Germano Rigotto, do Rio Grande do Sul; e Wilma de Faria, do Rio Grande do Norte. A audiência pública foi proposta pelo presidente da CAE, Ramez Tebet (PMDB-MS). A presença dos governadores, na avaliação do senador, servirá para aprofundar os debates em torno da proposta, que, uma vez aprovada na Câmara, será analisada pelo Senado.



**PARCERIA** União deve assumir papel em projeto na Bahia, cobra Antonio Carlos

## ACM cobra participação do governo federal

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse ontem que o êxito do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), direcionado a famílias do estado da Bahia, está na dependência de o governo federal cumprir sua parte.

– Não estou aqui para duvidar dos bons propósitos do governo Lula, no qual deposito muitas esperanças. O estado cumpriu com a contrapartida e as prefeituras cederam os terrenos. Agora falta

o governo federal fazer a parte dele – reiterou o senador.

Antonio Carlos informou que o PSH foi criado em 2001 e seus recursos são provenientes de linhas de financiamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e de subsídios concedidos pelo governo federal, com contrapartida do município ou estado.

Conforme o senador, o governo da Bahia assumiu o valor que seria de responsabilidade dos municípios e definiu como prioridade

as famílias com renda de até meio salário mínimo. No entanto, de acordo com Antonio Carlos, decorridos oito meses, 116 municípios já haviam assinado o convênio, enquanto o governo federal até agora autorizou a construção de pouco mais de mil unidades habitacionais, o que representa apenas 7% das famílias conveniadas.

Em seu pronunciamento, o senador também recomendou ao PT que mude os critérios de escolha para os cargos públicos.



Waldemir Rodrigues

**ALTERNATIVA** Fátima propõe linha de transmissão ligando Rondônia ao sistema nacional

## Fátima sugere opção para energia em RO

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) defendeu a construção de uma linha de transmissão ligando a hidrelétrica do Rio Jauru (MT) à cidade de Vilhena (RO), para integrar Rondônia ao sistema nacional de energia. O empreendimento seria uma alternativa à construção de hidrelétricas no Rio Madeira, conforme intenção do governo federal, segundo a senadora.

– A interligação Jauru-Vilhena é a alternativa que reúne as melhores condições para atender as necessidades de abastecimento confiável de energia elétrica para Rondônia e regiões adjacentes – disse Fátima.

Na opinião da senadora, a ideia apresentada pelo governo, ou ainda uma terceira, de um gasoduto interligando Uruçu (AM) e Porto Velho, demandariam muito tempo para sua implementação e também enfrentariam problemas de liberação ambiental. Já o prazo para terminar a nova linha de transmissão proposta por ela seria de 15 meses, além de permitir a exportação da energia elétrica excedente.

### Responsabilidade

Para Fátima Cleide, qualquer projeto de aproveitamento energético na Amazônia deve ter “responsabilidade social e ambiental” e ter como objetivo a universalização do acesso à energia elétrica. Ela acrescentou que devem ser levadas em conta alternativas locais e necessidades da região. Para tanto, sustentou que o governo deve incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de projetos energéticos inovadores.

De acordo com a senadora, compartilham de sua opinião os participantes de seminário realizado em Porto Velho, que contou com a presença da diretoria das estatais Eletrobrás, Eletronorte e Petrobras.

# Roberto Saturnino repele crítica de opositoristas à direção do BNDES

Senador afirma que o banco está retomando sua finalidade e atribui os ataques a interesses contrariados

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) defendeu ontem a administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) das críticas de setores da oposição. Na avaliação do senador, a afirmação de que o presidente do banco, Carlos Lessa, seria incompetente e não estaria gerindo a instituição a contento parte de representantes de interesses contrariados pela mudança de orientação do BNDES.

– São interesses que estão sendo contrariados e estão inventando falsas razões. Essa



Fotos: Roosevelt Fimiano

**MUDANÇAS** Saturnino diz que instituição foi submetida, no passado, a gestões temerárias

administração está recuperando o banco para a sua finalidade, que é o projeto de desenvolvimento do país.

Saturnino disse considerar natural que ocupantes dos postos mais importantes do BNDES tenham sido trocados

no novo governo. As mudanças, sustentou, sugerem a nova direção do governo, que pretende fazer da instituição um típico banco de desenvolvimento e não de investimento.

– Mudou o governo e a sua orientação, e é preciso mudar as pessoas e os dirigentes. Mas não bastava mudar o presidente. Foram mudados os superintendentes, o primeiro e o segundo escalão. Esta administração não apenas mudou estes cargos como enxugou a estrutura – disse.

Saturnino afirmou que o BNDES realizou, em um passado recente, operações que não se explicam, “nem pelas regras bancárias e muito menos pelas regras de um banco de desenvolvimento”. O banco, segundo ele, realizou privatizações que impuseram ao país prejuízos da ordem de bilhões de reais.

– Foram gestões no mínimo temerárias. Era obrigatório que isso (as mudanças) fosse feito e não há nada que indique que o BNDES teria sido politizado.

### Condução do governo

Ao comentar trecho de discurso do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) contendo críticas ao processo de nomeação de técnicos pelo governo Lula, Saturnino observou que o senador pela Bahia cumpre o dever de criticar, apontar possíveis falhas e sugerir mudanças na condução do governo. Mas ressaltou que cabe ao presidente da República a responsabilidade pela manutenção ou não do auxiliar cuja conduta é questionada.

– Cabe ao presidente Lula observar onde houve falha na expectativa do cumprimento das metas e fazer a substituição – afirmou ele.

## Política ambiental amazônica deve priorizar o homem, defende Duciomar

O senador Duciomar Costa (PTB-PA) defendeu a adoção de política ecológico-ambiental para a Amazônia, “em que o homem esteja incluído como elemento prioritário”. Ele disse que é preciso preservar o meio ambiente brasileiro, mas com objetivos e metas não utópicos, equilibrados e adequados à realidade amazônica e à sua necessidade de desenvolvimento.

Duciomar citou artigo publicado no jornal paraense *O Liberal*, de autoria do economis-

ta Armando Soares, que chama a atenção para o agravamento de problemas sociais na Amazônia, dada a disparidade entre o crescimento demográfico e o crescimento econômico nos últimos anos.

– Referindo-se ao “círculo vicioso da pobreza”, identificado pelo economista Gunnar Myrdal, o autor do artigo diz que esse só pode ser rompido com vontade política e um grande programa que priorize o investimento na educação e na saúde,

explorando recursos naturais (abundantes na Amazônia), dominando a tecnologia (principalmente a de manuseio florestal) e promovendo o consorciamento de produtos agrícolas com a floresta e com eficiente sistema de transportes – assinalou ele.

Para o senador, a pobreza não é um fator que estimule a preservação ambiental nem é ecologicamente correta.

– De um povo depauperado e sem perspectivas não se pode



**VONTADE POLÍTICA** Para Duciomar, pobreza não leva à preservação ambiental

exigir uma consciência ecológica, nem muito menos o empenho em preservar o meio ambiente que o envolve – observou Duciomar.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Eduardo Siqueira Campos, Alvaro Dias, Papaléo Paes e pela senadora Ideli Salvatti